



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

XXVII CONCURSO PÚBLICO DE INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA SEGUNDA REGIÃO
PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
10/XI/2001

1 = Aspectos especiais dos contratos de trabalho firmados com profissionais diplomados em engenharia. A jornada de trabalho. O salário-profissional e sua vinculação ao salário mínimo, considerando o disposto no art. 7.º, IV da Constituição Federal.

2 = O benefício por auxílio doença com posterior decretação de aposentadoria por invalidez. Seus efeitos na relação de emprego. A fluência do prazo prescricional.

3 = A paralisação temporária dos serviços e/ou a necessidade de rescisões contratuais por força do racionamento energético imposto pelo governo. Consequências, responsabilidades e encargos trabalhistas. Especifique, justificando se, ao caso, as teorias que tratam da força maior e do *factum principis* poderiam ter aplicabilidade.

4 = A preclusão em relação à sentença de liquidação e eventual ofensa à coisa julgada.

5 = Considerando o princípio segundo o qual a execução deve se processar pelo modo menos gravoso para o devedor (art. 620 do CPC), indaga-se sobre a legitimidade de determinação judicial de penhora na "boca do caixa" ou em contas bancárias de uma empresa tanto nos casos de execução definitiva como nos de execução provisória. Justifique, fundamentando.

6 = A pluralidade de réus nas ações trabalhistas. Os efeitos da revelia no caso de um dos litisconsortes deixar de contestar a ação. A possível antinomia entre os artigos 319 e 48 do CPC.

7 = Embargos de terceiro. Conceito. Natureza Jurídica. Legitimidade ativa. Prazo para ajuizamento quando da prova inconteste de que o terceiro foi intimado regularmente da apreensão na data da realização da penhora.

8 = Bem de família. Conceito. Meios de caracterização. Penhorabilidade. Fundamentos. Eventuais exceções à regra geral.

9 = A transação e sua finalidade. A validade do ato quando o mesmo versar sobre litúgio decidido por sentença passada em julgado.

10 = O procedimento administrativo disciplinar e sua repercussão no processo de conhecimento nas ações judiciais.

- 1 = Cada questão terá peso (1) um.
- 2 = Não há necessidade de transcrever a pergunta no caderno de respostas.
- 3 = Numere as respostas de acordo com as questões.
- 4 = Não rubrique. Não assine a prova. Não use corretivos.
- 5 = Use somente caneta esferográfica azul ou preta.
- 6 = A prova terá duração de (4) quatro horas

BANCA EXAMINADORA

Juíza MARIA DORALICE NOVAES = Presidenta da Comissão.

Juíza LAURA ROSSI

Advogado Dr. HOMERO ALVES DE SÁ = OAB